

ÍNDICE

<i>Prefácio</i>	11
PARTE I — FALÁCIAS SOBRE O PASSADO	
1. A Palestina era uma terra vazia	21
2. Os judeus eram um povo sem terra	33
3. Sionismo é o mesmo que judaísmo	51
4. Sionismo não é colonialismo	77
5. Os palestinianos deixaram voluntariamente a sua terra em 1948	91
6. A Guerra dos Seis Dias foi uma guerra «sem alternativa»	117
PARTE II — FALÁCIAS SOBRE O PRESENTE	
7. Israel é a única democracia do Médio Oriente	141
8. As mitologias de Oslo	159
9. As mitologias de Gaza	179
PARTE III — O FUTURO	
10. A solução dos dois Estados é a única via possível	221
Conclusão	
O Estado israelita de colonialismo de povoamento no século XXI	227
<i>Cronologia</i>	233



Prefácio

Todos os conflitos têm no cerne a história. A compreensão real e imparcial do passado oferece a possibilidade da paz, ao passo que a distorção ou a manipulação da história dão origem a desastres. O exemplo do conflito israelo-palestiniano mostra que a desinformação histórica, mesmo em relação ao passado mais recente, pode causar danos tremendos. A distorção da história pode promover a opressão e proteger um regime de colonização e ocupação. Por conseguinte, não admira que as políticas de desinformação e distorção continuem a ter um papel importante na perpetuação do conflito, deixando poucas esperanças para o futuro.

As falácias construídas em relação ao passado e ao presente em Israel e na Palestina colocam obstáculos à compreensão da origem do conflito, e a constante manipulação dos factos relevantes contraria os interesses das vítimas do derramamento de sangue e da violência. Que fazer?

A narrativa histórica sionista de como a região disputada se tornou o Estado de Israel baseia-se num conjunto de mitos que questionam subtilmente o direito moral dos palestinianos ao território. Muitos meios de comunicação social e muitas

elites políticas ocidentais aceitam estes mitos como verdades evidentes, tal como aceitam as justificações para as iniciativas israelitas nas últimas seis décadas. Na maior parte dos casos, a aceitação tácita destes mitos serve de explicação para a aversão que os governos ocidentais têm em interferir de forma significativa num conflito em curso desde a fundação da nação israelita.

O presente livro contesta estes mitos, que surgem no domínio público como verdades incontestáveis e que constituem, na perspetiva do autor, distorções e fabricações que podem e devem ser refutadas através de uma análise mais atenta do registo histórico. O fio condutor do presente livro é a justaposição das suposições populares e da realidade histórica. Os sucessivos capítulos colocam o mito ao lado da verdade e expõem as falhas das «verdades» consagradas através de uma análise das investigações históricas mais recentes.

O livro cobre dez mitos ou conjuntos de mitos fundacionais comuns e conhecidos de qualquer pessoa envolvida na questão israelo-palestiniana. Os mitos e a sua refutação seguem uma ordem cronológica.

O primeiro capítulo revisita a Palestina na véspera da chegada do sionismo, no fim do século XIX. Segundo o mito, a Palestina era uma terra vazia e árida, quase um deserto, que foi cultivada pelos imigrantes sionistas. A refutação revela a existência de uma sociedade próspera que estava a passar por um processo acelerado de modernização e nacionalização.

O mito de que a Palestina era uma terra sem povo está relacionado com o célebre mito do povo sem terra, tratado no Capítulo 2. Terão efetivamente os judeus sido os habitantes

originais da Palestina, por isso merecedores de todo o apoio possível no «regresso» à sua «pátria»? Este mito afirma que os judeus que chegaram à Palestina em 1822 eram os descendentes dos judeus expulsos pelos Romanos em 70 d.C. A refutação questiona esta ligação genealógica. As investigações académicas mostram que os judeus da Palestina romana permaneceram na região e se converteram primeiro ao cristianismo e depois ao islão. A identidade destes judeus permanece em aberto: talvez tenham sido os cazares que se converteram ao judaísmo no século IX, mas também é possível que mil anos de mistura de raças impeçam a resposta a esta questão. O mais importante é que, no período pré-sionista, a ligação entre as comunidades judaicas espalhadas pelo mundo e a Palestina foi religiosa e espiritual, e não política. A associação do regresso dos judeus a um Estado, antes do aparecimento do sionismo, foi um projeto cristão até ao século XVI, e a partir dessa altura foi um projeto especificamente protestante (em particular, anglicano).

O Capítulo 3 analisa o mito que equipara o sionismo ao judaísmo (para classificar o antissionismo de antissemitismo). Esta equiparação é refutada por uma análise histórica das atitudes dos judeus em relação ao sionismo e da manipulação sionista do judaísmo por motivos colonialistas e, mais tarde, estratégicos.

O quarto capítulo aborda o mito de que não existe nenhuma ligação entre o colonialismo e o sionismo. Segundo este mito, o sionismo é um movimento de libertação nacional liberal, mas a refutação configura-o como um projeto colonialista — aliás, um projeto de colonialismo de povoamento — semelhante aos da África do Sul, das Américas e da Austrália. Esta refutação é significativa porque reflete a forma como vemos a resistência palestina ao sionismo e, mais tarde, a Israel.

Se Israel é uma democracia que se defende, então as organizações palestinas como a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) são puramente terroristas. Contudo, se a sua luta é contra um projeto colonialista, então são um movimento anticolonialista, e a sua imagem internacional será muito diferente da que Israel e os seus apoiantes tentam impor à opinião pública internacional.

O Capítulo 5 revisita as conhecidas mitologias de 1948 e procura, em particular, explicar ao leitor como o mito da fuga voluntária dos palestinos foi definitivamente desmontado pela historiografia profissional. Este capítulo também aborda outros mitos associados aos acontecimentos de 1948.

O último capítulo histórico questiona se a Guerra dos Seis Dias, em 1967, foi imposta a Israel, ou seja, se foi uma guerra «sem alternativa». Na perspetiva do autor, a guerra inseriu-se na intenção de Israel de completar a conquista da Palestina, que foi quase total aquando da guerra de 1948. O planeamento da ocupação da Margem Ocidental e da Faixa de Gaza foi iniciado em 1948 e só terminou com a oportunidade histórica oferecida pela decisão irresponsável tomada pelo Egipto em junho de 1967. Além disso, as políticas israelitas implementadas logo após a ocupação provam que Israel previu a guerra e que não entrou nela por acidente.

O sétimo capítulo traz-nos ao presente. A pergunta é: Israel é uma entidade democrática ou não democrática? A julgar pelo estatuto dos palestinos que vivem em Israel e nos territórios ocupados (que, no seu conjunto, representam quase metade da população governada por Israel), não é democrática.

O Capítulo 8 trata do processo de Oslo. Decorrido quase um quarto de século sobre a assinatura dos acordos, temos

uma boa perspectiva sobre as falácias relacionadas com o processo e podemos perguntar se foi um acordo de paz que falhou ou um estratagema israelita bem-sucedido destinado a intensificar a ocupação.

É possível aplicar uma perspectiva idêntica à Faixa de Gaza e ao mito bastante corrente de que as desgraças dos seus habitantes se devem à natureza terrorista do Hamas. Este mito é contestado no nono capítulo, com uma apresentação diferente do que aconteceu em Gaza desde a viragem do século passado.

Finalmente, no décimo capítulo, é refutado o mito de que a solução dos dois Estados é a única via possível. Felizmente, existem obras ativistas e académicas de excelente qualidade que criticam esta fórmula e oferecem soluções alternativas numa contestação formidável deste último mito.

O livro inclui uma cronologia que ajudará o leitor a contextualizar os argumentos.

A esperança do autor é a de que o presente livro constitua uma ferramenta útil para o leitor, seja ele um leigo ou um especialista na matéria. O livro dirige-se principalmente a todos os que debatem a persistente questão israelo-palestiniana. Não é um livro equilibrado: é uma tentativa adicional de repor o equilíbrio do poder em prol dos palestinianos colonizados, dominados e oprimidos em Israel e na Palestina. Seria excelente que os defensores do sionismo ou os apoiantes de Israel respondessem aos argumentos aqui apresentados. Afinal de contas, o autor é um judeu israelita que nutre igual carinho pela sua sociedade e pela sociedade palestiniana. A refutação de mitologias que sustentam a injustiça beneficiará todos os atuais ou potenciais habitantes da região e constituirá uma base que permitirá a todos os seus habitantes usufruírem dos enormes avanços que apenas um grupo privilegiado tem acesso.

Além disso, espera-se que o presente livro constitua uma ferramenta útil para os ativistas que admitem que conhecer a história da Palestina é tão necessário como o empenhamento na causa. O livro não substitui o incrível trabalho desenvolvido, ao longo dos anos, por muitos acadêmicos cujos contributos o tornaram possível, mas é uma porta de entrada para esse mundo de conhecimentos.

Os estudantes e os acadêmicos podem consultar este livro caso se tenham curado da doença aguda do mundo acadêmico atual: a ideia de que o compromisso com uma causa mina a excelência acadêmica. Os melhores alunos que o autor teve o prazer de ensinar e supervisionar foram os empenhados em causas. Este livro é apenas um convite modesto aos futuros acadêmicos no sentido de deixarem as suas torres de marfim e retomarem a sua ligação às sociedades em prol das quais realizam as suas investigações. Independentemente de estudarem o aquecimento global, a pobreza ou a Palestina, devem expressar com orgulho o seu empenhamento na sua vida académica. E, se as suas universidades não estiverem preparadas para isso, devem falar em «investigação académica objetiva e imparcial» destas temáticas controversas ao mesmo tempo que reconhecem a falácia do argumento.

Este livro oferece ao grande público uma versão simples de um tópico que pode parecer extremamente complicado (e alguns dos seus aspetos são) mas que é facilmente explicável e que se prende com a perspetiva universal da justiça e dos direitos humanos.

Finalmente, o autor espera que o livro esclareça alguns dos mal-entendidos mais enraizados do problema israelo-palestiniano no passado e no presente. Enquanto estas distorções e os pressupostos herdados não forem questionados,

oferecerão um escudo de imunidade ao regime desumano vigente na Palestina. Examinando estes pressupostos à luz das investigações mais recentes, vemos que estão muito longe da verdade histórica e compreendemos porque é que a reposição da verdade histórica pode ter impacto nas possibilidades de paz e reconciliação em Israel e na Palestina.